

Defender o Património Arqueológico **Uma mudança de paradigma?**

Rui Parreira (*)

Até aos anos 70, a «defesa» do património foi bandeiras de resistência de quem se opunha ao progresso descontrolado. Na América, mais avançada que nós em políticas ambientais, começava a falar-se de «gestão de recursos culturais». Nós teimávamos na cegueira, e fingíamos não ver que para lá do Atlântico Norte havia também coisas boas. E organizávamo-nos em associações, que lá iam autofingindo poder defender o património, em particular o arqueológico, do avanço do betão e dos interesses de lucro fácil.

Finalmente, lá tivemos arqueólogos 'full-time': os primeiros no pólo industrial de Sines, menina dos olhos do marcelismo, na primeira grande intervenção organizada de arqueologia preventiva. Que, aliás, só éramos capazes de entender como de «salvamento». E depois, no início dos anos 80, a militância converteu-se em responsabilidade institucional. Com os Serviços Regionais de Arqueologia, a «defesa» e o «salvamento» tornaram-se política de património: de um lado os operacionais de terreno, que queríamos salvar o mundo; de um outro os burocratas, que queriam preparar a sustentabilidade legal das intervenções.

Estávamos nós nos anos 90 a salvar o mundo, protagonistas da 'dirty archaeology' a acreditar na generosidade de um estado feito à medida dos interesses de uma cidadania consciente e livre (ou daquilo que dele restava), quando nos caiu o Côa nos braços. Em pleno torvelinho de descrença nas bondades do êxito individual e no progresso à custa dos capitais europeus. Foi o ponto de viragem. No lugar e tempo certos para podermos operar a mudança no quadro legal. Com a instituição do princípio da «conservação pelo registo científico» e com a aplicação da máxima ambiental do «poluidor pagador», o estado tornava-se garante da defesa do património arqueológico. E recém recrutados agentes, disseminados por todo o país, encarnaram a missão de fazer cumprir escrupulosamente o novo quadro legal pós-Côa.

Os promotores imobiliários, os empreiteiros de grandes obras públicas, mesmo o pequeno dono de obra privada tinham agora de contratar serviços de arqueologia. Que o estado, pela sua vocação e missão, não estava em condições, nem tinha ânimo, de fornecer. A defesa convertera-se em janela de oportunidade, frequentemente amarrada à prática e à mitologia do turismo. O território passou a ser olhado como um arquivo de terra. E os registos de terreno constituíram um acervo que supria as materialidades, sacrificadas ao desenvolvimento. E os arqueólogos, imprescindíveis para dar corpo à imposição da arqueologia preventiva, foram capazes de fazer-se ouvir e reivindicar um estatuto à parte no tecido social.

Este equilíbrio, cuja fragilidade só uns poucos vislumbraram, rompeu-se com a drástica quebra das operações imobiliárias e do investimento em obra pública. Só então os arqueólogos se deram conta de que o seu papel não é o de prestadores de serviço aos empreiteiros, até então encarados como inimigos, impulsionadores de um progresso cego, destruidor de valores a defender. Só agora os arqueólogos se deram conta de que o seu papel é o de gestores de recursos culturais.

**(*) Arqueólogo Arqueólogo. Assessor Principal da Direcção Regional de Cultura do Algarve.
Sócio da AGEAL**